

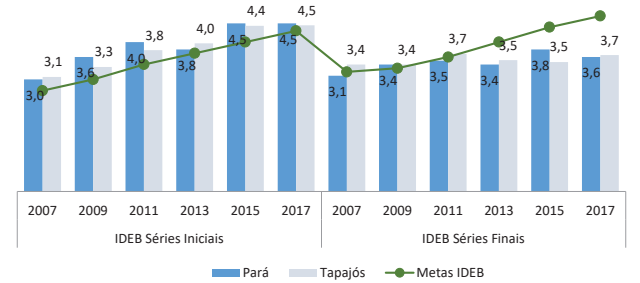
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Tapajós, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará em todos os anos observados, sendo esse o mesmo comportamento observado pelo estado. Quanto às séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas foram alcançadas nos três primeiros anos da série (2007, 2009 e 2011), tendo, a partir de 2013, uma queda da nota, que, somente em 2017, volta a se recuperar, porém, ficando ainda abaixo das metas. O Pará, nas séries finais, também só alcançou as metas até o ano de 2011, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Tapajós, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



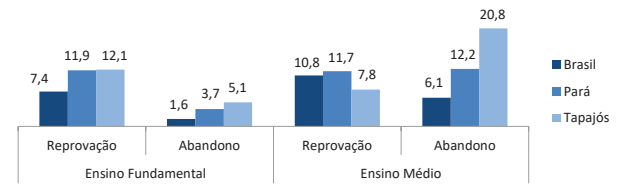
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que demonstram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para chegar ao valor da RI Tapajós.

No ensino fundamental, a região chegou a 12,1% de reprovados, em 2017, estando um pouco acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. O município de Jacareacanga apresentou a maior taxa de reprovação, 16,2%, e Novo Progresso, a menor taxa, de 9,5%. No ensino médio, o município com a maior taxa de reprovação foi Trairão, com 11,2% de alunos reprovados, e a menor taxa ocorreu no município de Jacareacanga, com 3,6%.

Em relação à taxa de abandono, no ensino fundamental, a região ficou acima dos valores do Pará e do Brasil, 3,7% e 1,6%, respectivamente, alcançando a taxa de 5,1% de abandono. Da mesma forma, no ensino médio, a taxa da região foi de 20,8%, muito acima do registrado no Pará. Situação ainda mais preocupante quando se considera que o estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Tapajós, o município que obteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental foi Aveiro, 7,1%, e a menor taxa foi registrada pelo município de Rurópolis, 4,0%. No ensino médio, o município que obteve a maior taxa de abandono foi Trairão, 34,4%, e a menor foi registrada, também, pelo município de Rurópolis, 14,5%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). Na região, que apresenta taxas muito superiores às do estado, o município de Jacareacanga se destaca com a maior taxa de distorção tanto para o ensino fundamental (45,2%), quanto para o ensino médio (77,3%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Tapajós	34,8	53,5
Aveiro	34,6	46,6
Itaituba	32,2	45,5
Jacareacanga	45,2	77,3
Novo Progresso	25,7	47,5
Rurópolis	34,9	49,4
Trairão	36,3	54,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, em 2017, na RI Tapajós, a taxa de mortalidade infantil, de 22,04 mortes infantis a cada mil nascidos vivos, foi superior à apresentada pelo Pará, de 15,38. Os

municípios com as menores taxas foram Novo Progresso, 17,71, e Aveiro, 18,87. Por outro lado, Trairão, com 45,25, e Jacareacanga, com 29,36, obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. A região conta com 530 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (todos os municípios da RI apresentaram cobertura de 100%), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia quarenta e cinco equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 75,62%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas o município de Aveiro possuía 100% da população estimada coberta, com destaque negativo para Rurópolis e Trairão, com apenas 42,16% e 56,04% de cobertura, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Tapajós
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	22,04
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	75,62
Hospitais - 2018	6.687	247	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,77
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	2,24

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

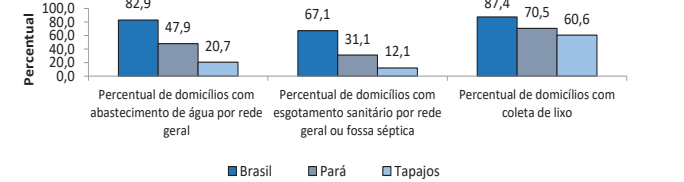
Verificando os indicadores de infraestrutura da saúde, a RI Tapajós dispõe de onze hospitais (todos hospitais gerais), sendo sete pertencentes ao município de Itaituba. Em relação aos postos e centros de saúde por 10 mil habitantes, a taxa apresentada pela RI, em 2018, foi de 2,77, ligeiramente superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Fato este que se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes observada na RI, de 2,24, superior à taxa do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois essa pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tapajós, em 2010. Observa-se que, naquele ano, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, no mesmo ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Tapajós, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 20,7% dos domicílios, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, de 12,1%, e de coleta de lixo, 60,6%. Ressalta-se que a cobertura regional dos serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede ou fossa séptica estava, em 2010, bem abaixo da proporção nacional e estadual.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Tapajós, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, no ano de 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosampa) estava presente, em 2017, apenas em Itaituba, dos seis municípios que compõem a RI Tapajós, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).